

## O professor em discurso: subjetividade e poder

The teacher in discourse: subjectivation and power

Adéli Bortolon Bazza<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR

adellibazza@hotmail.com

**RESUMO:** Nos últimos cinco anos, foi possível observar uma intensa produção discursiva acerca da atuação das escolas brasileiras, da qualidade do ensino que oferecem, dos conteúdos e dos métodos de ensino a serem selecionados e da atuação de seus profissionais, principalmente os professores. Partindo de uma proposta discursiva, calcada nos pressupostos teóricos lançados por Michel Foucault e de outros pesquisadores a ele alinhados, propôs-se analisar a subjetividade de professor construída e veiculada em diferentes campos da sociedade, como o acadêmico, o jornalístico e o midiático. A série enunciativa analisada foi composta por textos que circularam em *sites* jornalísticos e em redes sociais, nos últimos cinco anos, que abordam a questão da docência, subjetivando o professor. As análises empreendidas indicaram que as subjetividades docentes em circulação na atualidade são várias, entre as quais: tia, sobrecarregado, acolhedor, carente, doutrinador, ‘zebra gorda’, pesquisador etc. Essa pluralidade está permeada de lutas em que uma subjetividade rivaliza com outra e está relacionada aos diversos dispositivos que disputam poder no campo da educação.

**Palavras-chave:** Verdade; Poder; Subjetividade; Professor.

**ABSTRACT:** In the last years, it was possible to observe an intense discursive production about Brazilian schools’ activity and the teaching quality that they offer. Their contents and teaching methods’ were also rated with their professionals’ performance, mainly the teachers’. Based in a discursive approach, using the theoretical assumptions from Michel Foucault and other researchers close to him, it was proposed the analysis of the teacher’s subjectivation constituted and widespread in different society spaces, such as the academic, the journalistic and the mediatic ones. The enunciative series analyzed here was composed with texts conveyed through journalistic websites and social media, between 2019 and 2021, which ones approached the teaching subject, putting the teacher in a subjectivation position. The undertaken analysis indicated that there are several teachers’ subjectivations disseminated nowadays, including: aunt, overloaded, welcoming, needy, indoctrinator, ‘fat zebra’, researcher etc. This plurality is permeated by struggles in which the subjectivations compete with each other. The same plurality is also related to the many devices that contest power in the educational field.

**Keywords:** True; Power; Subjectivity; Teacher.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2004), mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2009) e doutorado na mesma instituição (2016). Atualmente, é professora no Curso de Letras da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), participa do Grupo de Estudo Foucaultianos GEF-UEM e do Grupo de Pesquisa Práticas Discursivas na Escola (PRÁDIS - UNESPAR).

## Introdução

Nos últimos anos, emergiram na sociedade brasileira diversas discussões a respeito da educação. Como sujeito parte do processo educativo e um dos protagonistas do ambiente escolar, tais discussões culminaram na emergência e circulação de diversas subjetividades de professores. Apesar de ser uma figura da nossa sociedade há décadas e ser objeto de saber durante todo esse tempo, a recente profusão de discursos sobre o professor, seu papel, suas obrigações, seus direitos e suas interdições são uma movimentação discursiva, configurando uma ruptura na ordem do discurso sobre esse tema.

Diversos fatos podem ser retomados a título de demonstrar a produtividade dessa temática. Em 2004, iniciou-se a atuação de um movimento chamado Escola sem Partido, que protagonizou diversos confrontos com profissionais da educação ao tentar cercear temáticas de aulas por considerá-las ideológicas (MORENO; TENENTE; FAJARDO, 2016). Avançando cronologicamente, pode-se pontuar uma constante troca de ministros da Educação na gestão do atual presidente (SARDINHA, 2019), acompanhada de cortes e bloqueios no orçamento da educação, bem como a consequente onda de protestos pelo país, em 2019 (CLERIONI, 2019). Houve também eventos de menor repercussão em jornais, mas, ainda assim, importantes para a dinâmica da educação brasileira, como situações em que professores foram confrontados por pais de alunos ou por alunos sobre escolhas de temas e textos para aulas e provas (ALUNA, 2017). Somam-se a esses fatos as discussões sobre militarização das Escolas do Paraná (RUSCHEL, 2020), as discussões sobre ensino domiciliar (BRASIL, 2021), a necessidade de, em função da pandemia da Covid-19, adotar ensino remoto, ensino híbrido, de fazer retorno ao presencial. Esses entre tantos outros fatos somam-se a discursos que já circulam na memória coletiva, como de professores ‘modelo’, professores relapsos, mal formados e/ou mal remunerados, somam-se e constituem um solo de efervescência de discursos sobre a educação e, conseqüentemente, sobre o professor.

Diante de diversas abordagens teóricas possíveis frente à emergência dessas classificações de docente, tratamos tais dados no nível do discurso, pelo entendimento de que há mais que novos empregos de adjetivos para a categoria. De acordo com Foucault (2008, p. 55), “os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar signos para designar coisas. É esse ‘mais’ que os torna irreduzíveis à língua e ao discurso (parole). É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. Dessa forma, a partir de uma visada arqueogenealógica, buscamos verificar o trabalho da memória e do poder na constituição de um saber sobre o professor, na atualidade.

Recortamos uma série enunciativa colhida em ambiente midiático, nos anos de 2019 a 2021, a qual tem a subjetividade de professor como tema. Tal proposta pauta-se na perspectiva de não pensar o objeto em si, mas analisar o modo como ele foi constituído na dispersão dos discursos. Isso porque, para Foucault, não se descobrem as coisas. A questão é sobre as transformações que permitem que algo surja. Dessa forma, nosso objetivo é, a partir de um conjunto de subjetividades que estão circulando, descrever os jogos discursivos, as lutas de poder e os dispositivos envolvidos na constituição da subjetividade de professor.

### **A subjetividade como verdade do discurso**

Discutir a constituição das subjetividades a partir do pensamento foucaultiano implica assumir que “na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 2013a, p. 63). Isso quer dizer que, quando alguém é categorizado como tia, comunista, esquerdista, pesquisador, maconheiro, eficiente ou zebra gorda, não está se falando de algo que seja intrínseco ao sujeito, mas de formas de classificá-lo. Essas formas são resultado de uma construção discursiva que, além de constituir objetos, valora-os positiva ou negativamente.

Partir de um olhar discursivo orientado pela visada foucaultiana implica assumir uma certa perspectiva sobre a forma de produção do conhecimento da sociedade. Sargentini (2019, p. 43) explica algumas noções que regulam a maneira de Foucault pensar a base de constituição dos discursos: “o acontecimento (em oposição à criação), a série (em oposição à unidade), a regularidade (em oposição à originalidade) e as condições de possibilidade (em oposição à soberania do significante, reconhecendo que o discurso é uma violência que se faz às coisas)”. Analisar os discursos a partir desses elementos leva o analista a recortá-los a partir de rupturas na continuidade do dizer, descrevê-los a partir da regularidade observável em uma série enunciativa composta por diversos textos e relacioná-los às condições históricas que permitiram que eles se formassem e que circulassem.

Esses discursos estão materializados em enunciados, para os quais Foucault apresenta caminhos de análise. Em seu livro *A Arqueologia do Saber* (2008), o autor propõe as especificidades do método arqueológico, segundo o qual é possível analisar as diferentes regras que compõem os saberes e fazem emergir determinados objetos num dado tempo e lugar. De acordo com Foucault (2008), o discurso constitui uma prática que constrói os objetos de que fala e se forma por meio de um conjunto de enunciados pertencentes a uma

mesma formação discursiva. Nessa medida, a noção de enunciado é compreendida como o átomo do discurso, a unidade mínima de análise.

Segundo Foucault (2008, p. 123), a descrição dos enunciados implica considerar a função que permitiu a existência de um conjunto específico de dizeres.

Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de -sozinha- formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível.

Dessa maneira, ele apresenta e sintetiza os elementos que compõem a função enunciativa: *referencial, posição-sujeito, domínio associado e materialidade repetível*. De acordo com Foucault, enquanto uma proposição está relacionada à verificação de um referente, o enunciado se relaciona com um referencial, o qual

Não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidade’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade de regras de existência para os objetos que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisa e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p.103).

Assim, um enunciado não significa por que ele é verificável verdadeiro, mas porque ele foi dito e pelas coisas com as quais está relacionado no dizer.

O segundo elemento da função enunciativa diz respeito a quem sustentará o dizer. Foucault (2008, p. 107) propõe que se pense nisso dissociando a ideia de um sujeito empírico, em prol de analisar a posição-sujeito como uma função discursiva, “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. Descrever um enunciado passa, portanto, por descrever a posição que se deve ocupar para ser seu sujeito.

O domínio associado, terceiro elemento da função enunciativa, aponta para as relações entre os enunciados. Foucault (2008, p. 110) afirma que “um enunciado tem sempre suas margens povoadas por outros enunciados”. Com isso, indica que eles que estão em um campo de correlações. Não são apenas memórias ativadas, mas parte constitutiva do sentido uns dos outros. Já o quarto elemento da função enunciativa diz respeito à existência material do enunciado. A materialidade possibilita que ele seja dito e repetido, mas também é constitutiva dele na medida em que indica características e restrições determinantes do sentido. A partir

desses elementos observa-se que o discurso, apesar de soberano, é dependente de alguns condicionantes: não é qualquer discurso que pode emergir e não é qualquer sujeito que pode enunciá-lo.

Somando-se a esses elementos, o enunciado deve ser descrito considerando: a raridade, a exterioridade e o efeito de acúmulo dos discursos. Em relação à primeira característica, é preciso compreender que, para que determinadas coisas sejam ditas e assumidas como verdadeiras, outras foram silenciadas ou esquecidas. Sendo assim, “estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 134). Por isso, os enunciados têm um valor a partir de uma posição que ocupam dentro da rede discursiva, portanto são singulares e raros.

Quanto à exterioridade, considera-se que o discurso não pode ser tomado a partir de um suposto núcleo interior, mas a partir do próprio discurso, de sua aparição, de sua regularidade. Ele se relaciona com “o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas” (FOUCAULT, 2008, p.138). Essa exterioridade acarreta um princípio de acúmulo, segundo o qual os enunciados se conservam em função de um certo jogo discursivo, bem como se relaciona a outros enunciados que são buscados em uma memória e atualizados a cada nova enunciação. Aí está a concepção de que os enunciados têm uma dimensão histórica, posto que são constituídos, circulam e significam a partir de contextos bastante precisos.

Dessa perspectiva, descrever os discursos que circulam atualmente e que subjetivam o professor implica escavar dentro de uma formação discursiva temas tratados e silenciados ao falar desse profissional, levantar as posições de sujeito legitimadas a tratar da questão, relacionar o que se diz do professor a uma teia de outros enunciados que constituem as bordas desse discurso e que são retomados da memória e observar como isso se concretiza de formas diversas nas diferentes materialidades. Esse processo indicaria a forma como se constituem as verdades de cada momento histórico.

De acordo com Foucault (2013b, p. 52), a economia política da verdade apresenta cinco características historicamente importantes:

[...] a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação [...]); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos[...]; enfim, é objeto de debate político e de confronto social.

Nesse sentido, a verdade sobre a subjetividade docente se constitui a partir de um trabalho discursivo emaranhado por uma teia de poderes, que se organiza e se exerce em diversos dispositivos. O sujeito docente é discursivizado em diferentes espaços da sociedade, mas o campo científico, relacionado à área da Pedagogia constitui-se, no imaginário de muitas pessoas, como o detentor da verdade a respeito desse profissional. Dentro do meio acadêmico é visível a profusão e o consumo de enunciados a seu respeito. Esse aparelho de educação tem disputado espaço com dispositivos posicionados em outros setores sociais, como a mídia, o direito, a política, entre outros. É nessa interseção (e também confronto) que o sujeito professor vem sendo constituído no discurso, o que gera diversas subjetividades docentes e diversas nuances nas subjetividades.

Dentro dessa profusão de discursos e, conseqüentemente, de subjetividades de docentes, tanto a emergência de cada uma dessas subjetividades quando a concorrência de umas com as outras pelo *status* de verdadeiras passam pela dimensão das lutas e dos dispositivos de poder. Foucault (2013b, p. 39), ao tratar da constituição do saber científico, explica:

O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. [...] Neste nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global.

Nessa perspectiva, precisamos, além de listar as diferentes subjetividades de professor que circulam na atualidade, buscar as forças que estão em jogo, atuando para que seja assim. Nesse ponto, a análise dos saberes que se materializam e circulam nos discursos encontra e se imbrica com a análise do poder. Foucault propõe uma compreensão de poder bastante diversa daquela que circulava em outras teorias concomitantes à dele. Para o autor, em vez de uma força negativa, que constrange e impede, o poder seria positivo: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2013a, p. 45).

Outra particularidade do autor é abrir mão de uma visão de poder centralizado, para pensar em uma rede de poderes, que se exercem e aos quais se resiste. Segundo Foucault (2013c, p. 284),

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Em relação à subjetivação dos professores, leva a compreender que, se por um lado, existem poderes que se impõem sobre o professor, também existem poderes que ele exerce, como a seleção e/ou abordagem de conteúdos, a decisão sobre datas e formas avaliativas, o encaminhamento didático de suas aulas etc. Dreyfus e Rabinow (1995, p. 203) explicam que “se o poder não é uma coisa, nem o controle de um conjunto de instituições, nem a racionalidade escondida da história, então a tarefa da análise é identificar de que modo ele opera”.

No caso dos professores, um poder bastante evidente na regulação de sua prática e de sua subjetividade é o poder governamental, institucionalizado em órgãos como direções de escolas e de núcleos de educação, Secretarias e Ministério da Educação. Cabe a essas instituições constituírem regulamentos e regimentos educacionais que assumem papel prescritivo da prática docente e, em termos discursivos, atuam como práticas objetivantes e subjetivantes para esse profissional. Contudo, é importante lembrar que “o poder não está restrito às instituições políticas. O poder representa um ‘papel diretamente produtivo’, ‘ele vem de baixo’ é multidirecional, funcionando de cima para baixo e também de baixo para cima”. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 203). A partir da ideia dessa multidirecionalidade, cabe o questionamento sobre quais outros poderes podem estar se imbricando ao poder governamental na constituição das subjetividades docentes na atualidade, quais são as técnicas de poder desses setores e também quais podem ser as estratégias de poder dos professores para resistir a isso.

Ao observar um momento em que a figura do professor universitário parecia perder força na sociedade francesa, Foucault (2013a, p. 47) busca refletir exatamente sobre os poderes docentes que se tenta controlar:

Esse processo explica por que, se o escritor tende a desaparecer como figura de proa, o professor e a universidade aparecem, talvez não como elementos principais, mas como ‘permutadores’, pontos de cruzamento privilegiados. A causa da transformação da universidade e do ensino em regiões ultra-sensíveis politicamente acha-se sem dúvida aí. A chamada crise da universidade não deve ser interpretada

como perda de força, mas, pelo contrário, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem.

Por esse raciocínio, a tentativa de controle é já o indício da existência de um poder a ser governado e pode frustrar o objetivo de coerção, ao culminar em um reforço do poder inicial, que pode ser aperfeiçoado por novas estratégias de fuga ou de resistência.

Uma possibilidade de coordenar a análise dos saberes à dos poderes é pensar a teia discursiva como entrelaçamentos de dispositivos. Ao longo de seus estudos, Foucault elegeu diferentes objetos de discurso com a finalidade de descrever suas regras de formação. Nesse processo, descreveu também os dispositivos que organizam e agenciam os discursos, as práticas e os saberes em análise. Entre os dispositivos estudados pelo autor, encontram-se as prisões, a clínica, as instituições pedagógicas, como a escola, a sexualidade etc.

Ao observar o conjunto dos discursos, dos quais Foucault tratou ao longo de suas pesquisas, e se debruçar sobre os estudos de Foucault a respeito do dispositivo, Veyne (2011, p. 21) constata que a noção de dispositivo abrange um vasto conjunto de elementos como “costumes, palavras, saberes, normas, leis, instituições”. Assim, a partir da perspectiva foucaultiana, o dispositivo é pensado como essa organização que produz e agencia saberes, poderes e define seu sujeito.

A análise da subjetividade via o dispositivo que a possibilita também é apontada por Agamben (2009, p. 38), ao afirmar que “os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito”. Demonstra também que o sujeito é subjetivado pelos dispositivos e pelos discursos aceitos como verdade em cada momento histórico. Veyne (2011, p. 178) aponta isso ao afirmar que o sujeito livre é constituído no processo de subjetivação: “o sujeito não é ‘natural’, ele é modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’”. Compreendemos, então, que as subjetividades de docente que circulam como verdade são resultado de um confronto de saberes e poderes operados a partir de dispositivos. Dessa forma, buscamos selecionar sequências em que se discursivizam diferentes subjetividades docentes para descrever esse jogo discursivo que permitiu que elas emergissem.

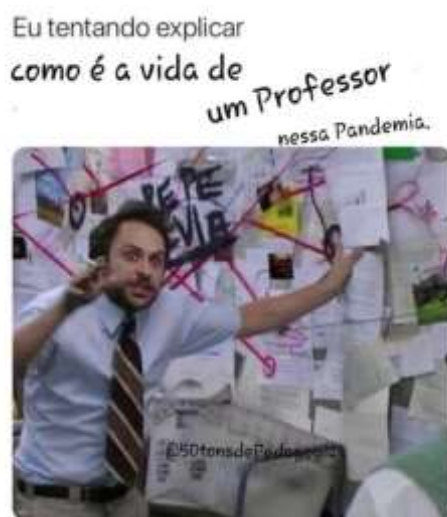


## As subjetividades de professor no jogo enunciativo

Segundo o próprio Foucault (2008), o arquivo é indescritível em sua totalidade. Dessa forma, o trabalho do analista reside em traçar percursos de leitura e de compreensão de um determinado discurso dentro desse vasto arquivo. Nesse sentido, para tratar do discurso sobre os docentes que se constitui na atualidade, foi constituída uma série enunciativa composta por textos que circularam na mídia digital dentro do intervalo dos últimos 5 anos: um meme sobre o professor em tempos de pandemia, a cartilha “Liberdade de Cátedra, de Ensino e de Pensamento”, elaborada pelo Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos, com orientações legais para docentes, e matérias jornalísticas que tiveram o professor como tema ou que, ao discorrer sobre ensino e afins, subjetivassem o professor. Tal recorte se justifica por coincidir com mudança de governo e de direcionamento de órgãos de gestão da educação no país, o que acarreta inúmeras discussões nas mais diversas esferas e, portanto, uma intensa produção discursiva sobre o tema.

A primeira sequência enunciativa (SE) analisada é uma imagem que circulou nas redes sociais durante o ano de 2020:

### SE1 - Professor na pandemia



Fonte: Perfil @50tonsdePedagogia.

Na superfície imagética, encontramos uma pessoa envolta em papéis emaranhados e visualmente agitada. Na constituição do discurso sobre o docente, ocorrem algumas retomadas em termos de referencial, a temática sobre a vida do docente é bastante explorada, posto que seu trabalho envolve muitas ações além do tempo visível da sala de aula. Dessa maneira, esse enunciado dialoga com tantos outros em que se discutiu o quanto o professor

estuda e trabalha para além do horário de aulas. A imagem, de cunho humorístico, foi postada em uma página relacionada a questões da área da docência. E isso diz bastante sobre a posição-sujeito legitimada tanto a falar uma verdade sobre o professor quanto a zombar dessa verdade. Nesse sentido, percebe-se o quanto a subjetividade de docente está atrelada ao dispositivo institucional, representado aqui pelo pertencimento ao campo da Pedagogia. O jogo discursivo, nesse caso, se constrói a partir do emaranhado de dispositivos como a academia, com destaque para o campo da Pedagogia, como o espaço de formação e de discursivização de um profissional que, ao entrar em atuação, passa a ser discursivizado por outros dispositivos, como os órgãos institucionais, jornalísticos, legais e pelo público das escolas, composto por pais e alunos. Nesse sentido, a imagem, por se de autoria de uma página relacionada à Pedagogia, demonstra uma luta de poder em torno da subjetividade do professor: trata-se de uma prerrogativa da própria área falar de seus problemas – nesse caso, o ineditismo e o excesso de trabalho na pandemia – e poder rir deles.

A subjetividade docente como produto do dispositivo institucional acadêmico coloca em rede SE1 com SE2. Esta compreende uma entrevista concedida, em março de 2019, ao *O Globo*, por Marcus Vinícius Rodrigues. Trata-se de um ex-funcionário do Inep que, ao comentar sua demissão, faz uma avaliação das condições do ministro em realizar seu trabalho.

#### SE2 - O ministro é gerencialmente incompetente

**A produção acadêmica do ministro na plataforma Lattes teria sido inflada, segundo informações da imprensa. O senhor concorda?**

Nunca me considerei um educador ou intelectual. Meu doutorado é na Coppe (instituto de pós-graduação e pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), fui professor durante 20 anos na Fundação Getulio Vargas. O ministro tem o doutorado dele na Gama Filho, essa instituição já fechou. No currículo dele, a maior parte das aulas (dadas) foi na Universidade (Federal) de Juiz de Fora, que é uma grande universidade, sim, e em uma instituição de pequeno porte em Maringá. Essa falta de experiência do ministro, sem uma formação densa, com publicações limitadas, sem conhecimento de gestão, prejudica a visão que ele tem do Brasil e da educação brasileira. Não vejo como ter uma gestão de sucesso.

Fonte: Jornal *O Globo*.

Diante das acusações de que o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, estaria apresentando informações falsas em seu currículo lattes, Marcus Vinícius Rodrigues afirma: “Nunca me considerei um educador ou intelectual”, para seguir demonstrando como teve uma formação e atuação em universidades renomadas, ao contrário do ministro. Para acrescentar que ele “sem uma formação densa, com publicações limitadas”. Na visão de

conjunto, ele descreve as práticas que constituem seu ideal de professor universitário, que ele materializa linguisticamente pelos termos ‘educador’ e ‘intelectual’.

Ao considerar esse um enunciado dentro do arquivo a respeito da subjetividade docente, observa-se um recorte da temática da formação e campos de atuação profissional. Em termos de domínio associado, são ativadas memórias a respeito das universidades e do ranqueamento de instituições e de currículos. Subjetivado nesse contexto, o enunciador coloca-se como alguém qualificado, posto que foi formado e atuou em instituições bem avaliadas nesse *ranking*. Essa posição-sujeito permite-lhe questionar a qualificação do então ministro da Educação, com quem ele parece divergir. Assim como na sequência enunciativa anterior, observa-se a relação entre a subjetividade docente e os dispositivos institucionais que as permitem existir.

Em SE1, a subjetividade de professor representada na imagem não opera com elementos que sejam restritivos do professor que atua em nível acadêmico. Trata-se de uma forma de retratar o profissional de maneira mais geral pode ser relacionada à natureza humorística e viral da postagem. A relação é construída a partir da filiação da página que posta o texto a esse campo. Já em SE2, o embate dentro do ministério foca na subjetivação dos dois homens que divergem como sujeitos professores do ensino superior. Tal embate, demonstra lutas de poder pelo controle dessa subjetividade. O dispositivo jornalístico atua, nesse caso, como a superfície de emergência que possibilita a matéria e a entrevista ao ex-funcionário do MEC. O sujeito entrevistado posiciona-se no entremeio entre os dispositivos jornalístico, governamental – do qual ele acabou de se desligar –, e acadêmico, este como um balizador de currículos e de qualidade profissional dos professores. É a partir desse dispositivo que ele reconhece a si mesmo como alguém qualificado para funções relacionadas à Educação, posto que sua formação e seu histórico de atuação como professor são balizados por conhecidas universidades. A mesma lógica permite-lhe considerar o então ministro da Educação como desqualificado. Apesar de terem trabalhado juntos em cargos de natureza de gestão dentro do MEC, observa-se, nesse discurso, uma aproximação da figura do gestor à figura do professor. Contudo, trata-se de uma subjetividade de professor muito específica e produzida a partir de um dispositivo específico, o acadêmico.

A sequência enunciativa 3 é um recorte de uma matéria a respeito de uma Comissão de Educação na Câmara dos Deputados, pela qual deveriam tramitar os projetos dessa área dentro da casa.

SE3 - Deputado do PSDB comandará comissão de Educação

## PEDRO CUNHA LIMA SERÁ PRESIDENTE DA COMISSÃO

A presidência ficará a cargo de Pedro Cunha Lima, tucano eleito pela Paraíba. O parlamentar tem posições contrárias ao Escola sem Partido - projeto que limita a atuação do professor na sala de aula. O tucano já chamou o projeto de "cortina de fumaça" e disse estar aberto a negociar "tecnicamente" a educação domiciliar.

*“ Eu não acho que a solução da educação no Brasil seja ideológica. Não acho que nosso problema seja ideologia, mas sim uma falta de investimento no professor, de rede de financiamento para creche, para educação básica. ”*

Pedro Cunha Lima, deputado do PSDB.

Fonte: UOL Notícias.

Com relação à materialidade, a informação está materializada em uma notícia de portal *online*, o que favorece que o texto volte a circular a partir de pesquisas em buscadores virtuais. Também o formato *online* possibilita a inserção de imagens, como a foto do deputado, e de *links* e *hiperlinks* na matéria. Essas características da própria materialidade do texto fazem com que ele se apresente ao leitor dentro de uma teia de memórias já traçada pelo veículo de comunicação. Nesse sentido, são destacados o partido a que ele pertence, PSDB, e todo um jogo político de posicionamentos do partido desde o impeachment da presidente Dilma. Essa memória desvela os jogos de confrontos: oposição a Dilma, mas nem por isso apoio ao então presidente, Bolsonaro. Essa memória é importante para a compreensão da posição-sujeito que o deputado ocupa e dos posicionamentos que ele sustenta. Por um lado, retoma a questão ideológica na educação, mas a nega como um problema, indo de encontro com as propostas governistas. Por outro lado, coloca-se aberto a debater outra pauta cara à ala governista: o ensino domiciliar.

O deputado ocupa uma posição dentro do dispositivo político norteada, principalmente, pela sua filiação psedebista. Nesse sentido, o partido atua como o dispositivo que o constitui e possibilita que ele ocupe o cargo e ele se torna porta voz do discurso possível dentro do partido. Ora oposição, ora situação. Esse dispositivo político possibilita que alguém de fora do ambiente escolar ou acadêmico discuta (e decida) questões inerentes à prática docente e, conseqüentemente, à subjetividade docente. Nessa sequência, a subjetividade de professor que fica em destaque é a do professor de educação básica, que passa ser objeto de disputa do dispositivo político, do jurídico e de

movimentos organizados de uma parcela de pais de alunos. Caracterizado como influenciador e ideológico pelo movimento, o profissional é discursivizado como carente de investimento pelo deputado, em uma espécie de inversão no jogo de forças. Para refletir sobre essa contradição, é possível o questionamento “por que esse enunciado (e essa subjetividade) e não outro (a)?”. Tomando como princípio o campo associado de memórias nos quais os enunciados se inscrevem, é possível colocar essa matéria em rede com outros momentos em que a questão da suposta ideologização docente foi discursivizada; em vários deles, o problema foi relacionado a professores que atuam em todos os níveis educacionais. Na notícia em questão, a discussão sobre Escola sem Partido e sobre ensino domiciliar recortam, contudo, o grupo dos docentes da educação básica. O destaque desse grupo é que permite o argumento do deputado sobre carência de investimento. Assim como SE2 demonstrou que a subjetividade de professor produzida pelo dispositivo acadêmico é discursivizada como prestigiada, outras SEs demonstrarão que ela também é retratada como bem remunerada, o que inviabilizaria o argumento do deputado.

A sequência 4 traz a capa e o sumário de uma espécie de manual apresentado pelos advogados de servidores públicos. Ela entra em rede com os enunciados que problematizam os dizeres do professor e a sua liberdade para se manifestar em sala de aula.

#### SE4 - Liberdade de Cátedra



Fonte: Coletivo Nacional dos Advogados de Servidores Públicos.

Esse enunciado tem como referencial a temática do ensino, a partir da perspectiva do dispositivo jurídico. Trata de características do trabalho docente, de direitos do docente e apresenta orientações de conduta para os profissionais de sala de aula. Em termos de memória, a própria necessidade de existência de um material desses aponta para possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores em seu dia a dia. Entre elas, alunos gravando aulas ou trechos de aulas para confrontar os professores com exposição em redes sociais, bem como tentativas de gerenciamento (por parte de familiares, gestores, políticos) de temáticas, discussões e conteúdos selecionados pelos professores para suas aulas. Essa espécie de cartilha demonstra a posição-sujeito do professor servidor público que, amparado por concurso e por leis de desacato contra ele, consegue fazer uma resistência à pressão por intervenções no trabalho docente. Trata-se de uma posição possível a partir do imbricamento dos dispositivos do Direito e do funcionalismo público. Ainda que certos ganhos possam refletir na categoria de uma maneira geral, há professores que se constituem discursivamente fora do dispositivo do funcionalismo público, por trabalharem em instituições privadas ou por atuarem como temporários nas instituições públicas. Apelar o respaldo de leis (como se observa na proposta da cartilha) funciona como uma técnica de resistência ao gerenciamento considerado invasivo das aulas, mas trata-se de uma técnica possível para uma parcela de sujeitos professores posicionados de uma maneira específica nessa teia discursiva.

A próxima sequência enunciativa torna visíveis esses dois grandes dispositivos de atuação do ensino, o público e o privado, e como eles produzem sujeitos e discursos diversos sobre o profissional docente. O texto recortado apresenta o início de uma matéria do jornal *O Globo*, de setembro de 2019, e registra o momento em que, ao participar do Fórum Nacional de Educação Superior Particular, o então ministro da Educação afirma não ser interessante passar a cobrar mensalidade nas universidades públicas, mas, sim, tentar baixar os salários dos professores das universidades federais.

## SE5 - Zebra gorda



Fonte: O Globo

Em termos de referencial, esse enunciado trabalha na subjetivação do docente ao nomeá-lo ‘zebra gorda’; o que indica uma abordagem dessa subjetividade a partir do critério de remuneração, agregando a isso uma visão negativa do professor. O discurso aqui materializado está muito relacionado à posição-sujeito que é possível exercer nesta situação específica: para alguém que representa o serviço público, defender a cobrança desse serviço soaria contraditório e geraria grande resistência da população. Em termos de memórias, essa fala relaciona-se com várias outras em que se discute a diferença de remuneração entre diversas categorias profissionais (advogado, esteticista, professor, médico), entre os diferentes níveis de ensino (educação infantil, fundamental, médio, técnico, superior) e entre os professores de mesmo nível que diferem entre o âmbito público e privado.

Entre tantas enunciações que tratam dessa questão, é importante ressaltar que a remuneração sempre foi um atrativo da carreira do ensino superior público, o que ajuda a atrair profissionais mais qualificados. A alta qualificação dos professores do ensino superior público foi constatada por diversas avaliações de cursos e isso justifica, entre outras coisas, os melhores resultados de avaliação de cursos superiores públicos. Esse funcionamento do dispositivo acadêmico permitiu-lhe produzir subjetividades docentes prestigiadas e funcionar como balizador delas interna e externamente. Ao confrontar SE5 e SE2 observa-se uma contradição: tratam-se de dois textos colhidos em ambiente jornalístico, retratando sujeitos que se constituem no imbricamento dos dispositivos político, acadêmico e educacional, mas a subjetividade de professor, especificamente professor de ensino superior, produzida no discurso construído caminham em direções opostas. Essa sequência enunciativa demonstra o quanto a verdade sobre a docência e sobre a subjetividade do docente é construída em uma teia de dispositivos diversos. Na SE5, a subjetividade do professor de ensino superior público

é discursivizada dentro de um evento do ensino privado, por um ministro que sempre atuou na iniciativa de ensino privada. Nesse sentido, é esperado que a verdade constituída sobre o professor da iniciativa pública a partir do dispositivo de ensino público seja diferente (provavelmente oposta) a essa que circula no dispositivo que pode ser considerado seu concorrente. Isso porque os diversos dispositivos constituem os seus diversos sujeitos e as suas respectivas verdades.

Conectando-se à questão da subjetividade docente no âmbito do ensino superior, a próxima sequência distancia-se do dispositivo político, governamental, e aproxima-se do dispositivo midiático-jornalístico. Trata-se do início de uma matéria da revista *Isto é* a respeito de três professores universitários bastante conhecidos.

### SE6 - Eles fazem a cabeça dos jovens

**COMPORTAMENTO**

## Eles fazem a cabeça dos jovens

Professores universitários de formação e intelectuais com respeitável currículo, Clóvis de Barros Filho, Leandro Karnal e Mário Sérgio Cortella se tornaram os maiores pensadores contemporâneos do Brasil, com uma legião de seguidores nas redes sociais e milhões de livros vendidos

Fabiola Perez

30/09/16 - 18h00 - Atualizado em 07/10/16 - 19h36

Fonte: *Isto é*.

Assim como a fala do ex-ministro da Educação, a matéria apresentada tem como referencial a subjetivação de professores do ensino superior. Entretanto, a abordagem se dá a partir de outro recorte e foca no quão influentes esses profissionais se tornaram. As margens desse enunciado tocam a da SE2 e criam uma teia discursiva na medida em que ambos focam na formação consistente como um importante quesito na subjetivação do professor. Contudo, a subjetividade docente reforçada nesse discurso pode ser bastante excludente na medida em que publicação de livros, reconhecimento dentro e fora da academia são conquistas alcançadas apenas por alguns profissionais do meio. De toda forma, a posição-sujeito proposta como “de sucesso” para o professor, passa pelo dispositivo da academia, suas regras e rituais para produção de conhecimento e verdade.

A preocupação com a forma como professores são discursivizados nas grandes revistas tem sido objeto de estudo de profissionais do jornalismo e da educação. Rechetnicou e Lima (2019), por exemplo, partem de uma perspectiva de análise crítica do discurso, para descreverem as representações dos professores nas revistas *Isto é* e *Veja*. Os dados apontaram



para uma exclusão das vozes dos professores da educação básica, ao passo que, apesar de pouco citados, há uma representação favorável de professores do ensino superior. De acordo com os autores (2019, p. 3719),

Esse processo de exclusão discursiva reflete e reforça uma situação de exclusão sociopolítica, a qual mantém o/a professor/a da educação básica na periferia dos processos políticos e das práticas discursivas. Com isso, se constrói a representação de um/a profissional passivo/a e inepto/a, incapaz de analisar e discutir, com propriedade e legitimidade, as condições sociais de seu próprio campo de atuação.

Um dos recursos empregados nesse processo de inclusão/exclusão do discurso é a individualização, pois “enquanto professores/as universitários/as que possuem uma imagem pública têm sua representação construída de modo positivo, específico e individual, professores/as da educação básica são representados/as por meio de referência genérica (generalização)” (RECHETNICOU; LIMA, 2019, p. 3721).

O estudo dos autores demonstra que, para além de uma divisão entre os dispositivos do ensino público e do ensino privado, o nível de atuação também insere os profissionais em diferentes dispositivos e faz com que eles sejam discursivizados de formas variadas. O professor do ensino superior está constituído pelo atravessamento do dispositivo acadêmico. As práticas desse dispositivo envolvem aperfeiçoamento constante por meio de pesquisa, participação em eventos e publicações, que são insistentemente documentadas nos currículos dos profissionais. A titulação dos profissionais, além de exigida, é constantemente lembrada por meio de apresentações e nomeação dos professores como doutores, pós-doutores, livre-docentes etc. Essa prática do dispositivo acadêmico favorece a lembrança dos estudos e da qualificação de cada professor como elemento determinante dessa subjetividade.

Por outro lado, os professores da Educação Básica estão distanciados do dispositivo acadêmico e mais expostos ao dispositivo governamental, por meio de órgãos como as Secretarias de Educação. Esses espaços também visam à qualificação do profissional, posto que exigem a apresentação de cursos para progressão na carreira e que incentivam/oferecem formação continuada aos docentes. Entretanto, a prática cotidiana do dispositivo governamental não investe na documentação e lembrança da qualificação de cada profissional, o que, entre outras coisas, abre espaço para que o discurso sobre esse profissional se dê a partir de uma suposta “má formação” e “falta de especialização e capacitação” dos/as docentes da escola básica, além de reduzir a capacidade do profissional aos resultados de avaliações de desempenho dos estudantes. Assim, “os/as professores/as acabam sendo

responsabilizados/as pelo baixo desempenho escolar, justamente por serem avaliados/as como ‘pouco capacitados’” (RECHETNICOU; LIMA, 2019, p. 3721).

A vivência da pandemia, nos anos de 2020 e 2021, acarretou inúmeras mudanças nas formas de ensinar e aprender. Houve momentos de escolas fechadas, de ensino remoto, de ensino híbrido, de preparação e retorno ao presencial. Em cada um desses momentos, o ineditismo da situação forçou profissionais, alunos e famílias a encontrarem caminhos impensados anteriormente. Como resultado dessa movimentação prática, também se constituiu uma intensa produção discursiva a respeito do ensino e de seus protagonistas. A imagem a seguir apresenta o início de uma matéria, publicada em 24/06/2021, que recorta esse discurso a partir da relação professor-aluno.

### SE7 - Importância da relação

## A importância da relação aluno-professor durante a pandemia

**DW**  
Vinicius De Andrade  
24/06/2021 07:42

A importância da relação aluno-professor durante a pandemia - Enquanto alguns estudantes relatam como o apoio de professores os ajudou a não se sentirem ainda mais afastados da escola durante o ensino remoto, outros reclamam da distância e da sobrecarga de tarefas. A relação entre aluno e professor é de suma importância no processo de aprendizagem de qualquer estudante, especialmente para quem frequenta a escola pública no Brasil. Com a pandemia, o distanciamento social e a mudança do ensino presencial para o remoto, essa relação passou por um processo de ressignificação.

A pandemia tem sido, sem dúvida, o período em que os alunos mais precisam dos seus professores, e faz toda a diferença quando se sentem acolhidos e notados.

**PUBLICIDADE**  
OI FIBRA  
MUDA TUDO  
**BLACK FRIDAY**  
0800 031 0453  
SAIBA MAIS

Fonte: Notícias UOL.

A discursivização do professor, nessa sequência, enfoca o referencial a partir da sua relação com os alunos. A matéria faz parte de uma coluna que é escrita por jovens voluntários de um programa social. Essa posição dos autores no mundo marca uma posição-sujeito que sustenta esse dizer no texto. Apesar de circular em um meio jornalístico e ter uma materialidade típica da maioria das notícias, tem como entrevistados apenas alunos, o que já demarca uma diferença com as notícias em geral, que tendem a dar voz para as autoridades. Diferentemente do que acontece na sequência anterior, o foco recai sobre professores da educação básica e as vozes convocadas para a matéria são de alunos da rede pública de

ensino. Essa ruptura é possível a partir de um atravessamento do dispositivo da ação social no dispositivo jornalístico e possibilita abordar o ensino a partir do olhar e da problematização sobre o relacionamento professor-aluno. Ao longo dos depoimentos dos alunos, diversas subjetividades docentes vão sendo ativadas como memória associada: o professor que sobrecarrega os alunos, o distante, o humanizado, o solícito. A perspectiva arqueogenealógica propõe pensar os discursos na sua emergência, daí se questiona por que um discurso circula e não outro (FOUCAULT, 2008). Derivado disso pode-se questionar discursos bastante reiterados em outros espaços, mas que não são materializados no dizer dos alunos: por que a tônica dos alunos recai sobre o quão acessível/humano um professor é, enquanto em outros espaços discursiviza-se o professor que não dá (ou não quer dar) aulas e o professor que direciona política e ideologicamente os alunos? Esse dizer, que é ignorado no discurso dos alunos, atua como uma memória que compõe o campo associado do enunciado que os alunos produzem sobre os professores. Uma margem silenciada quando o recorte se dá a partir do dispositivo que permite que esses alunos falem e da posição-sujeito que eles ocupam ao falar, mas um dizer central e tônico quando quem discursiviza o professor está posicionado em outro dispositivo, como o político, por exemplo.

A série enunciativa recortada possibilitou a descrição de um conjunto de dispositivos postos em ação e das subjetividades de professor que eles possibilitam que circulem, os quais estão sintetizados no quadro a seguir:

Subjetividade de professor	Nível de atuação educacional	Seq. Enunciativa	Dispositivos
Sobrecarregado	Indefinido	SE1	Acadêmico Midiático/humorístico
Acolhedor	Superior Básico	SE6 SE7	Acadêmico Jornalístico Governamental/Educacional
Doutrinador	Superior Básico	Memória SE3 SE4	Jurídico Governamental Educacional
Carente	Básico	SE3	Político Jurídico Jornalístico
Zebra gorda	Superior	SE 5	Político Acadêmico Jornalístico
Intelectual	Superior	SE2 SE7	Político Jornalístico Acadêmico

Ao colocar lado a lado esses enunciados que subjetivam o docente, é possível observar que algumas dessas subjetividades parecem rivalizar. A subjetividade de um professor amigo e acolhedor manifesta-se a partir de diversas nuances. A antiga memória da “tia amorosa” da educação básica parece retornar no discurso atual ao demonstrar a proximidade estabelecida entre as ideias dos professores apresentados na sequência 6 e os jovens que os seguem em cursos e redes sociais e de SE7, como os professores acolhedores. Na série enunciativa constituída, essas subjetividades têm como superfície de emergência o campo jornalístico. Este atua como um dispositivo discursivo na medida em que, por suas regulamentações e técnicas, organiza o dizer e o discurso sobre professores. No jogo de poderes, o dispositivo jornalístico procura retratar as diferentes subjetividades docentes e dar espaço às diferentes perspectivas de compreensão da docência. Entretanto, o funcionamento discursivo indica uma tendência a reforçar a imagem do professor acadêmico, bem como um imbricamento da voz do veículo ao dispositivo político-governamental.

Um outro par de subjetividades docentes que se confrontam na série analisada é a oposição: doutrinador x carente. O professor que se coloca como próximo do aluno e como sujeito dentro do processo educativo está subjetivado e respaldado por uma orientação teórico-metodológica de exercício da docência e, neste caso, produzido a partir do dispositivo acadêmico. Em termos de práticas discursivas e não discursivas cotidianas, essa orientação leva o profissional a manifestar suas opiniões no ambiente da sala de aula. Às vezes, a proximidade estabelecida pelo profissional “acolhedor” leva-o a dar conselhos a seus alunos. É compreensível que, se por um lado essa postura atende à necessidade de interação e até de afeto nas relações diárias que se têm na sala de aula, por outro, evidencia uma posição de poder do profissional ante a seus alunos e as relações que eles estabelecem no mundo. Nesse ponto, o professor é colocado em conflito com outros dispositivos que também almejam exercer poder sobre os alunos, suas ações e seu futuro. Entre eles, pode-se citar as suas famílias, movimentos da sociedade civil organizada e o próprio governo. Colocar lado a lado as sequências 3, 4 e 7 dá visibilidade às lutas de poder em disputa: para o setor conservador, as opiniões e posicionamentos dos docentes são ideológicas (em um mal sentido); para o professor, não poder se manifestar é censura. A cartilha (SE 4) é exemplo de técnica de resistência a esse cerceamento. Já as comissões e debates na Câmara são exemplos de como esse discurso foi retirado do âmbito do dispositivo acadêmico para ser regulamentado pelos dispositivos político e jurídico.

O terceiro par de subjetividades docentes movimenta-se ao redor de uma subjetividade docente construída dentro do dispositivo acadêmico: trata-se do professor de ensino superior.

Apesar de constituído em relações mútuas com o poder governamental e político, o dispositivo acadêmico, a partir de um conjunto de práticas regradas, rememora a formação e capacitação de seu corpo docente. Além disso, a intensa atuação dentro das universidades públicas do país em prol de expansão de cursos, verbas, bolsas de pesquisa e autonomia para os docentes coloca-o em confronto com o poder governamental em diversas situações. Materializado no discurso, tal conflito chega ao ponto de as subjetividades docentes passarem por uma espécie de tradução entre um grupo e outro: o professor pesquisador, constituído em ambiente acadêmico, passa a ser discursivizado como doutrinador ou zebra gorda por certa classe política. O meio jornalístico, apesar de noticiar alguns desses conflitos, destina espaço e dá voz aos professores do ensino superior, como se observa na SE6, ao passo que, quando se tratam conflitos relacionados aos professores da rede básica, observou-se um silenciamento do grupo (RECHETNICOU; LIMA, 2019). Essa diferença, aponta para a importância de se constituir como um sujeito professor a partir do dispositivo acadêmico, manifestada nas SE1, SE2 e SE6. Mais do que ser o dispositivo que fabrica o sujeito professor do ensino superior, o dispositivo acadêmico atua de maneira a valorizar tais profissionais e protegê-los. Diferentemente, os professores da educação básica têm sua formação profissional desenvolvida e validada pelo dispositivo acadêmico, porém sua atuação cotidiana é gerida por órgãos como as Secretarias de Educação. Estes, contudo, não figuram (ao menos, na série enunciativa constituída) como um dispositivo que encampe as lutas dos professores que abarca, posto que institucionalmente estão muito mais incorporados à gestão do governo e ao exercício do poder governamental.

### **Considerações Finais**

Ser professor na atualidade e tentar compreender-se a partir de um olhar discursivo foucaultiano implica em questionar “quem é o professor hoje”. Essa visada teórica leva a abandonar uma suposição de que um dispositivo isolado produziria o sujeito professor e delimitaria apenas uma subjetividade docente para ser alçada ao *status* de verdade. Dessa forma, propôs-se descrever subjetividades docentes em circulação, interrogando o jogo de poder entre dispositivos que as constituem e fazem com que essas subjetividades circulem.

A partir de uma série enunciativa composta por textos colhidos em redes sociais e em sites de jornalismo, foram observadas as subjetividades de professor sobrecarregado,

acolhedor, doutrinador, carente de investimento, zebra gorda e intelectual. Entre os dispositivos que produziram essas subjetividades, destacam-se: o acadêmico, o governamental, o jurídico, o político, o jornalístico e o midiático. Os professores da educação básica constituem-se como tal a partir do dispositivo acadêmico, de sua formação nas universidades. Contudo, ao ingressarem em órgãos altamente regulados pelo poder governamental, como é o caso das Secretarias de Educação, acabam expostos a um exercício de poder bastante visível. Já os professores do ensino superior, constituem-se a partir do dispositivo acadêmico em sua formação e permanecem nele durante a atuação. Tal dispositivo constitui um lugar de prestígio em nossa sociedade e assimila esse *status quo* àqueles que dele fazem parte. Além disso, o dispositivo acadêmico estabelece linhas de confluência, mas também de resistência com o dispositivo político regulamentar, fato que faz com que muitas vezes esse dispositivo atue como uma espécie de escudo para subjetivações negativas a respeito de seus docentes.

A série enunciativa em análise foi constituída a partir de sequências enunciativas colhidas em redes sociais e em veículos jornalísticos, os quais também atuam como um dispositivo na constituição das subjetividades docentes, na medida em que suas regras organizam o dizer e direcionam o discurso. Nesses dois espaços, o dispositivo acadêmico faz parte do jogo discursivo estabelecido, atuando como uma referência de autoridade para a subjetivação do professor.

## Referências

ALFANO, Bruno. Weintraub afirma que vai ‘atrás da zebra gorda. **O Globo**, 28 fev. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/weintraub-afirma-que-vai-atras-da-zebra-gorda-professores-que-ganham-de-15-mil-r-20-mil-23976141>>. Acesso em: 20 out. 2021.

ALUNA processa professora por ministrar curso sobre feminismo. **Sul 21**, 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://sul21.com.br/ta-na-rede/2017/03/aluna-processa-professora-por-ministrar-curso-sobre-o-feminismo/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ANDRADE, Vinícius de. A importância da relação aluno-professor durante a pandemia. **Notícias UOL**, 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/06/24/a-importancia-da-relacao-aluno-professor-durante-a-pandemia.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Lançada Cartilha da Educação Domiciliar. **Governo do Brasil**. Brasília, DF: 28 maio 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/05/lancada-cartilha-de-educacao-domiciliar>>. Acesso em: 22 out. 2021.

CLERIONI, Clara. Paralisação na educação: Estudantes vão às ruas em protesto contra cortes. **Exame**, 15 maio 2009. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/greve-na-educacao-por-cortes-do-mec-estudantes-vaio-as-ruas-em-protesto/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

COLETIVO Nacional dos Advogados de Servidores Públicos. **Liberdade de Cátedra**. 2019. Disponível em: <[https://ww3.icb.usp.br/wp-content/uploads/2019/08/Cartilha\\_Liberdade\\_Catedra\\_Ensino\\_Pensamento.pdf](https://ww3.icb.usp.br/wp-content/uploads/2019/08/Cartilha_Liberdade_Catedra_Ensino_Pensamento.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2021.

DEPUTADO DO PSDB COMANDARÁ COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. **UOL Notícias**, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/11/psdb-tenta-protagonismo-com-comissao-de-educacao-na-camara.htm>>. Acesso em: 30 out. 2021.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013a, p. 55-86.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013b, p. 35-54.

FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013c, p. 278-295.

MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luiza; FAJARDO, Vanessa. Escola sem partido: entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei. **G1 Educação**, 3 ago. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

O MINISTRO É GERENCIALMENTE INCOMPETENTE. **O Globo**, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/o-ministroe-gerencialmente-incompetente-diz-ex-dirigente-do-inep-sobre-velez-rodrigues-23553539>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PEREZ, Fabíola. Eles fazem a cabeça dos jovens. **Isto é**, 30 set. 2016. Disponível em: <<https://istoe.com.br/mario-sergio-cortella-karnal-e-clovis-barros-filho-fazem-a-cabeca-dos-jovens/>>. Acesso em: 31 out. 2021

RECHETNICOU, Amanda Oliveira; LIMA, Sóstenes. Representação social de professores/as em textos jornalísticos de revistas semanais de informação. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 3711- 3728, abr./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n2p3711>>. Acesso em: 15 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n2p3711>

RUSCHEL, René. Paraná é o estado mais entusiasmado com as escolas militares. **Carta Capital**, 20 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/parana-e-o-estado-mais-entusiasmado-com-as-escolas-militares/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SARDINHA, Edson. Bolsonaro anuncia troca de Vélez por Abrahan Weintraub no Ministério da Educação. **UOL Congresso em foco**, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/bolsonaro-anuncia-troca-de-velez-por-abraham-weintraub-no-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso? **Revista Heterotópica**, v. 1; n. 1, p. 34-47, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/48526>>. Acesso em: 16 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/HTP-v1n1-2019-48526>

Recebido em: 21 de dezembro de 2021

Aceito em: 5 de maio de 2022